

Assuntos políticos

Conselhos terão comissões

A proposta de monitoramento poderá reforçar ainda mais as ações e conquistas do movimento médico

O trabalho de acompanhamento das discussões parlamentares deverá ser realizado também no âmbito dos estados, por meio de grupos específicos criados pelas entidades estaduais (conselhos, associações e sindicatos médicos). A deliberação foi aprovada durante reunião da Comissão de Assuntos Políticos (CAP), realizada no Rio de Janeiro (RJ), que conta com representantes das três entidades médicas nacionais: Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos. O tema será apresentado no I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2010, em Florianópolis (SC).

Para o coordenador da CAP, conselheiro Alceu Pimentel, a disseminação dessa prática trará ganhos para o movimento médico brasileiro. "As entidades médicas também analisarão projetos das assembleias legislativas e câmaras municipais, passando a contribuir com esses projetos, como é feito em nível nacional".

Para o autor da proposta aprovada em 29 de janeiro, José Luiz Mestrinho (representante da AMB), isso possibilitará maior interação entre as entidades regionais e os políticos locais. "Vamos iniciar o processo de sensibilização nos eventos das entidades médicas, como

o Encontro Nacional dos Conselhos, que ocorrerá em março", disse Mestrinho.

Para o representante da Fenam, Waldir Cardoso, as CAPs regionais ocuparão um espaço político importante, a exemplo do que ocorre na esfera federal. "Será um incentivo para os estados obterem resultados concretos. Hoje somos procurados pelos próprios políticos para opinarmos em determinadas iniciativas", conta Cardoso.

O deputado Eleuses Paiva (DEM-SP) aponta que a qualidade das ações dos deputados progride com o trabalho da comissão. "Os deputados não conseguem ter acesso a todos os projetos que tramitam na Casa. A interlocução de pessoas qualificadas auxilia nesse processo. Isso torna nosso trabalho mais eficaz", argumenta Paiva.



Foto: Assessoria Fenam

CAPs nos estados: decisão pode melhorar o acompanhamento dos projetos legislativos

Ampliada a Agenda 2010

Três projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional foram considerados relevantes e passaram a constar da Agenda Parlamentar de Saúde Responsável. O PL 6.544/09 trata dos cuidados devidos a pacientes em fase terminal de enfermidade, de autoria dos deputados Dr. Talmir (PV-SP) e Miguel Martini (PHS-MG).

Já o PL 6.563/09, do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), quer

garantir o sigilo das informações contidas na receita de medicamentos, preenchidas pelos profissionais legalmente habilitados.

A CAP também monitorará o PLS 64/09, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que dispõe sobre a regulamentação do exercício das atividades de terapias, a criação do Conselho Federal de Terapeutas e dos conselhos regionais de terapias, suas atribuições e responsabilidades.

O presidente do CFM, Roberto Luiz d'Avila, recebeu em Brasília os deputados catarinenses Jailson Lima (estadual) e Claudio Vignatti (federal) – ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). A visita aconteceu em 10 de fevereiro. Jailson foi aluno de d'Avila no curso de graduação em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na oportunidade, os parlamentares conheceram o trabalho desenvolvido pelo CFM e receberam informações sobre a realidade da profissão médica no país.



Regulamentação da medicina

Academia Nacional declara apoio ao projeto

A Academia Nacional de Medicina (ANM) divulgou nota de apoio ao Projeto 268/02, que regulamenta o exercício da profissão médica. A entidade afirma que a prerrogativa de o médico fazer o diagnóstico e tratar o paciente é direito inalienável.

Trata-se da mais antiga instituição científica do país, com 180 anos de atividades ininterruptas. A manifestação é mais um exemplo da mobilização pela aprovação do projeto. Como a Academia, várias entidades encaminharam

documentos aos senadores. Todo esse esforço tem sido acompanhado pela Comissão Nacional de Defesa do Ato Médico.

Segundo a entidade, a medicina como ciência tem 25 séculos de existência "e não se pode admitir que, entre nós, seja a última das 14 profissões na área da saúde a ser regulamentada. A lei federal que regularizou a medicina no Brasil, datada de 1957, não especificou seu campo de trabalho, talvez porque naquela época isso parecesse desnecessário".

Cremeço informa senadora

Integrantes do Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremeço) se reuniram com a senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) para discutir pontos do projeto que regulamenta o exercício da medicina – a senadora foi a relatora do projeto aprovado no Senado em 2006.

Na oportunidade, o presidente do Cremeço, Salomão Rodrigues Filho, entregou à senadora breve histórico da tramitação da proposta no Congresso. E lembrou a oposição que o projeto enfrentou quan-

do de sua apresentação, ressaltando a habilidade de Lúcia Vânia na busca do consenso.

Com o retorno do debate ao Senado, Lúcia Vânia se colocou à disposição da classe médica para ajudar na busca de novo consenso. "Meu sonho era já ter entregue esse projeto à sociedade aprovado, mas impasses políticos atrasaram a votação", declarou a senadora, que afirmou que vai trabalhar pela aprovação da regulamentação da medicina ainda em 2010.